

Capitalismo, Mercado de Trabalho e Distribuição de Riqueza

Capitalism, Labour Market and Distribution of Wealth

João Bosco Laudares

Resumo

Este artigo objetiva discutir mercado de trabalho e emprego na sociedade capitalista brasileira, tendo como base o desenvolvimento societal com o crescimento populacional urbano pela expansão da industrialização e a partir de políticas públicas geradas no final do séc. XX e, início do séc. XXI, nas suas dimensões neoliberais cultural, política e econômica. Com o acirramento de desregulamentações e flexibilização do Direito do Trabalho e considerando o desemprego não só conjuntural, mas também estrutural, intensifica-se o debate do final do emprego formal, com crescente exclusão social e aumento da pobreza, devido à concentração de renda e aumento da carga tributária. A prevalência do capital financeiro especulativo, em detrimento do capital produtivo, impede o crescimento do trabalho e emprego na produção de riqueza e erradicação da pobreza, assim ficando reduzida a população inserida no mundo do trabalho. O primado do trabalho e do emprego é ameaçado por três parâmetros: tecnológico, organizacional e mercadológico, perpassando por eles a variável da globalização, com hegemonia cultural e política do capitalismo neo-liberal, após a derrocada do socialismo real. Assim, a população que constitui o “exército ativo”, na análise marxista, diminui com o conseqüente aumento do “exército de reserva”, configurando-se o desemprego como um parâmetro permanente na economia, especialmente, depois da década de 70, do século passado com o fim do Estado de Bem Estar Social e da era do pleno emprego. Desta forma será discutida a expansão capitalista, e a impossibilidade da distribuição de riqueza no capitalismo.

Palavras-chave: mercado de trabalho, capitalismo, distribuição de riqueza.

Introdução

Neste artigo apresenta-se um estudo teórico de política econômica referente ao mercado de trabalho, e a conseqüente produção e distribuição de riqueza no capitalismo contemporâneo. Parte-se da crítica da trajetória do trabalho dividido na sociedade, numa divisão durkheimiana, e da divisão técnica, no interior do processo de trabalho, numa perspectiva marxista.

Desta forma, discuti-se, inicialmente, a dialética entre uma posição otimista e positivista de Durkeim (1999), que defende a divisão do trabalho social com a conseqüente produção de solidariedade, na busca da coesão social, relativamente a perspectiva marxista da divisão técnica do trabalho por Bravermann (1974), a qual desqualifica o trabalhador, ao restringir sua

atuação, como tarefeiro no parcelamento dos processos laborais. Tem-se, segundo o autor, a não conciliação das propostas durkheimiana e marxista, a partir do campo de forças entre capital e trabalho na sociedade capitalista, específica das relações sociais produtivas a atender exclusivamente as demandas do capital.

Também, em dialética, problematiza-se a relação capital e trabalho analisando-se a trajetória do desenvolvimento do processo laboral do artesanato, passando pelo taylorismo/fordismo, ao toyotismo em contínuas reestruturações produtivas. Em todas estas fases o capital combina a mais-valia relativa e absoluta com a conseqüente diminuição da renda do trabalhador.

A partir destas reflexões para análise do sistema político do capital, o capitalismo, busca-se referencial em Harvey (1994), quanto à definição da gestão capitalista orientada para acumulação e crescimento contínuos. As constantes crises do capitalismo inviabilizam, apesar do movimento econômico crescente, a geração de mais emprego com incorporação cada vez maior da força de trabalho ao sistema de produção, impossibilitando a distribuição de riqueza, proveniente do trabalho.

Em seguida, são analisados os fatores que contribuem para o aumento de riqueza e o desenvolvimento capitalista, tais como: aumento de população; criação das cidades; desenvolvimento técnico científico; nível educacional da população. Busca-se ainda, em Harvey (1994), parâmetros de análise da impossibilidade do capitalismo como sistema político de criação de políticas sociais e em Mézaros (2008), a crítica das contradições do capitalismo no século XXI, quando este último autor questiona: socialismo ou barbárie.

A Trajetória e o Trabalho e o Desenvolvimento Societal

O homem, como todos os animais, luta pela sua conservação em seu ambiente natural buscando apoderar-se dos meios que a natureza oferece. Para isto exerce uma atividade sobre a mesma de extração de materiais, mas alterando o estado natural da matéria, em benefício da utilidade que cada produto oferece de acordo com a necessidade, conforto e gozo consoante às características humanas.

O trabalho do homem, ser pensante, é consciente e proposital fruto do pensamento conceptual. É uma ação inteligente e transformadora que, ultrapassando a atividade instintiva e dissolvendo a unidade de concepção e execução, se constitui como todos os processos vitais e funções do corpo uma propriedade do indivíduo humano (BRAVERMAN, 1994).

O desenvolvimento do processo laboral e o acúmulo de produtos conquistados frente à natureza constituem o mundo como se apresenta. Essa capacidade humana de produção, que Marx (1985) chamou de força do trabalho, é gerada pelo comportamento e associação em grupo, cuja evolução acontece de maneira rápida, a partir do aprendizado de colaboração, de compartilhamento, de complementaridade, pois o encontro do homem com a natureza não se faz individualmente, mas na interação

com outros homens, nas relações sociais em todos os níveis produtivos, familiares, educacionais, de convivência no lazer, entre outros.

Mas a criação da sociedade, como agrupamento de homens, não é uma geração instantânea e pontual, mas resultado de um processo histórico, cultural, econômico e político.

Desta forma, o caminhar do homem não se faz no discreto, perpassando por etapas contínuas de aprendizagem do convívio social, do desenvolvimento da tecnologia, de criação de novos materiais, da organização do processo social produtivo.

Assim, o primeiro setor da economia foi agrário na interação homem/natureza, na vivência do campo com recursos peculiares naturais. O homem se identificava com a terra e seus produtos e convivia mais com os outros animais. O seu ambiente era disperso, desagregado e a convivência com seus semelhantes acontecia ocasionalmente nos momentos de trocas, com a moeda instituída no campo.

Já o segundo momento da economia produz uma inédita mudança de comportamento em relação à natureza. Há o afastamento do homem das atividades agrícolas por meio da intermediação de um instrumental poderoso e poupador de energia e tempo: a máquina. Inicia-se um processo de mudança estrutural de vida do homem com seu afastamento da natureza e uma aproximação relacional com os outros homens numa nova forma de atividade produtiva: a industrialização.

Na evolução social, isto é, da vida dos homens, há então um êxodo do campo para a constituição das cidades, onde estavam situadas as fábricas que faziam a associação dos indivíduos mudando seus hábitos, segregando-os em um mesmo espaço de trabalho e convivência, diferentemente da ação agro-pecuária espacialmente dispersa.

De desagregados dispersos, os homens, em diferentes locais de moradias e de atividade próxima e interativa com a natureza, a terra, o mundo animal e vegetal, se encontram, inesperadamente, num mesmo lugar de trabalho, a fábrica, e convivem associadamente e proximamente na cidade, isto é, vivenciando o processo de urbanização.

Entretanto, na situação produtiva e de vida familiar em processo social, com a transformação dos novos meios de produção e comportamentos diferenciados da vida do campo, demandas de organização e gestão emergem.

O ambiente natural e amplo de extensão territorial se comprime no espaço das cidades e novas demandas de serviços, para facilitar a aglomeração populacional, são requeridas criação de instituições, obras de infra-estrutura, e princípios de organização social, política, econômica.

Novos conhecimentos são requeridos na produção fabril e na administração para organização dos trabalhadores. Assim, há os que executam o trabalho de transformação, isto é, da produção direta e aqueles que pensam a gestão e os recursos para a efetivação industrial, pela administração e a economia. Isto é possível na possibilidade do homem, diferentemente do animal irracional, exercer a capacidade de idear, de conceber (pensar) de executar (fazer, operar).

Divisão do Trabalho Social

O homem na condição de laboração, em período anterior à industrialização mecanizada e fabril, já dominava alguma forma de trabalho praticada na produção feudal e no artesanato das guildas: tecelões, ferreiros, marceneiros, cozinheiros entre outros. Trabalhava na oficina ou como artesão independente. O processo de produção estava sob o controle dos trabalhadores que possuíam a perícia dos ofícios e o poder de se organizar e comercializar seus produtos.

No trabalho cooperativo foi introduzido o capital para resolver o problema da gestão e da geração de recursos financeiros para constituição do negócio instalado.

Houve uma complexidade de funções de manufatura, de concepção, de organização e de gerência, esta última denotada pelo controle e poder pela divisão de tarefas: aquele que opera na fábrica, isto é, manufatura no chão de fábrica, e os que concebem o processo laboral, o design do produto, a distribuição das tarefas bem como a busca dos recursos econômicos e financeiros do empreendimento e da economia.

Gera-se então a dicotomia do processo de trabalho: o trabalhador na oficina e o capitalista como gerente e controlador do planejamento industrial. Este aglomeramento dos trabalhadores nas fábricas e na cidade cria as condições e as necessidades para a criação dos estudos demográficos. Há uma expansão populacional devido à distribuição de funções na sociedade que Durkheim (1999) chamou de Divisão do Trabalho Social.

Então, para o autor, o trabalho como atividade está distribuído na sociedade, e em vez de dispersar numa extensa superfície, se concentra em intensidade, compensando a perda em extensão. Assim, problematiza o trabalho social.

Será nosso dever procurar tornar-nos um ser acabado e completo, um todo auto-suficiente, ou, ao contrário, não ser mais que a parte de um todo, órgão de um organismo? Numa palavra, a divisão do trabalho, ao mesmo tempo em que lei da natureza, também é uma regra moral de conduta humana? E, se tem caráter, por quais motivos e em que medida? Não é necessário mostrar a gravidade desse problema prático; porque, qualquer que seja nosso juízo sobre a divisão do trabalho, todo mundo sente bem que ela é e se torna cada vez mais uma das bases fundamentais da ordem social (DURKHEIM, 1999, p. 4).

Quanto ao rendimento econômico, coerentemente a Adam Smith (1937), Durkheim defende a divisão do trabalho na sociedade com a busca da coesão social pela solidariedade dos cidadãos-trabalhadores.

A distribuição das tarefas, no convívio social pela diversidade de profissões e funções consoante com as habilidades, competências, formação e qualificação do trabalhador fortalece a produtividade desde que

se crie mais espaço de ação do indivíduo, isto é, mais especializada é sua atividade.

Nada, à primeira vista, parece tão fácil como determinar o papel da divisão do trabalho. Acaso seus esforços não são conhecidos de todos? Por aumentar ao mesmo tempo a força produtiva e a habilidade do trabalhador, ela é condição necessária do desenvolvimento intelectual e material das sociedades; é a fonte da civilização um valor absoluto, sequer se pensa em procurar outra função para a divisão do trabalho (DURKHEIM, 1999, p.14).

Divisão do Trabalho no Processo de Produção Capitalista

A distribuição de trabalho na sociedade se faz de maneira a atender as características de cada indivíduo na procura de maior eficiência. Então, esta divisão laboral torna os indivíduos solidários ao alimentar a atividade de cada um, mas aumentando seus rendimentos.

Entretanto, ao adentrar no processo de produção capitalista, as relações sociais se diferem daquelas efetivadas no contexto amplo da sociedade da solidariedade durkheimiana, para solidariedade ao capital.

A fábrica ou empresa é uma instituição social específica a exigir conduta, atuação e novas competências do trabalhador que tem sua atividade decomposta e realizada em tempos e espaços distintos do planejar, gestar e manufaturar.

Marx, na obra "O Capital" (1985) e Braverman (1974) em "Trabalho e Capital Monopolista" divergem de Durkheim, quanto à análise do processo de produção no todo de uma sociedade, ao restringirem a uma sociedade determinada, peculiar, específica: a sociedade capitalista. Braverman (1974) analisa a divisão do trabalho, com as abordagens:

NÃO na sociedade como um todo, mas no interior da fábrica, na composição do processo de produção;

NÃO, na distribuição do trabalho entre várias atividades e ocupações na sociedade, mas no parcelamento das tarefas nos processos laborais da indústria;

NÃO, na análise da produtividade científica da técnica, mas no consórcio da técnica com as necessidades peculiares do capital;

NÃO, para a divisão do trabalho na produção, em geral, na sociedade, mas dentro do modo capitalista de produção em particular.

Assim, o capitalista, detentor do poder econômico e financeiro, empreende buscando determinar no contexto de produção de mercadorias a acumulação e o aumento contínuo de riqueza, imprimindo uma organização no interior do processo produtivo, com divisão de tarefas e funções em duas classes de trabalhadores: gerência administrativa, financeira e da execução operacional.

O controle sobre o processo de trabalho deve passar às mãos da gerência, não apenas num sentido formal, mas pelo controle e fixação de cada fase do processo, inclusive seu modo de execução (BRAVERMAN, 1974, p.48).

Desta forma, se determina uma trajetória dos modelos de gestão do taylorismo/fordismo ao toyotismo ou acumulação flexível, que segundo Harvey (1994) acontece na procura do crescimento do lucro e da mais-valia, seja absoluta ou relativa, na expropriação do trabalhador, ou na mais-valia extra na competição entre capitalistas.

Capital e Trabalho

O dono do capital procura mudar continuamente o trabalho e dá formas novas aos investimentos, que vai passando do setor agrário para o industrial e o comercial, com novas metamorfoses como o capital financeiro especulativo do mercado financeiro; como outro tipo de transações e moeda, diferentes da terra e da mercadoria, “ações”, e “títulos públicos”. Diversificado o tipo de capital e também o trabalho, sua organização passa por evoluções. Da concretude do produto industrial, para a virtualidade das Bolsas de Valores, como novo espaço do capitalista, com ganhos e perdas rápidas, com a especulação, porém com menor desgaste e esforço.

A fábrica total taylorista abandona o processo que abrange a transformação da matéria prima ao produto final, pronto para o mercado de mercadorias, e se abre para a empresa globalizada, desterritorizada da flexibilidade, da mobilidade e das novas instituições. A empresa matriz e suas filiais se dispersam pelo território juntamente com os trabalhadores, e se associam com os médios e pequenos empreendimentos para ofertar e prestar de serviços. Uma nova ordem é imposta ao trabalho na sua execução colaborativa impondo o conceito de integração das funções através da terminologia “serviço”.

Por outro lado, outra fábrica chegou com tendência a permanecer: a fábrica globalizada, resultante do processo da globalização da economia. O processo de internacionalização do capital, através da integração mundial, não integra nações dos grandes grupos entre si e no interior deles (LAUDARES, 1998, p. 38).

Desta forma, o capitalista consegue disseminar suas inovadoras propriedades de lançar tentáculos em todo tecido social, desconcentrando seus recursos econômicos e dispersando os trabalhadores das grandes fábricas para médias, pequenas e micros empresas, desregulando as relações trabalhistas, impondo políticas públicas do emprego com traços recorrentes da atual fase cultural, política e econômica do capitalismo contemporâneo.

No Brasil, há um deslocamento do trabalho industrial para o comércio e serviços: da grande empresa para médias, pequenas e micros, como se pode constatar pela Tabela 1, elaborada em 2007 pelo Ministério do Trabalho e Emprego:

	Industrial	Comércio	Serviços
Micro	17,8	45,8	36,4
Pequena	19,7	36,2	44,1
Média	33,3	19,4	47,3
Grande	7,0	13,2	79,8
Total	17,9	45,1	37,0

Tabela 1 (Dados em porcentagem) - Distribuição do Tipo de Trabalhador por Tipo de Empresa
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - MTEM/PNAD – 2007

Assim, há uma degradação e uma contínua desordem na dispersão espacial do trabalho com mudanças na estrutura organizacional do empreendimento capitalista e reestruturação produtiva e empresarial no benefício do capital.

O resultado sócio-econômico obtido pelo implemento de tal mecanismo de subcontratação empresarial tende a significar, a um só tempo, a diminuição do custo da empresa-pólo, o incremento da produtividade do trabalho, além da própria redução da renda propiciada aos trabalhadores (DELGADO, 2005, p.48).

Mercado de Trabalho e Emprego

O desenvolvimento econômico tecnológico e social dos últimos anos vem atrelado às condições objetivas do grande avanço da tecnologia, hoje de base científica, antes desenvolvida empiricamente.

De uma maneira acelerada se tem a ciência apoiando a produção e se disseminando nos processos de trabalho. Seja a ciência para a tecnologia física da mecânica robotizada, da eletrônica, do computador, seja a ciência do processo gerenciamento da economia, da administração para o planejamento estratégico e de institutos de desenvolvimento gerencial com as consultorias restritas ao empreendimento capitalista, há uma busca intensiva para aumentar a produtividade, o lucro e o desempenho do investimento.

Conseqüentemente, o aumento de riqueza e a transformação do trabalhador em consumidor de mercadorias trazem, a visar em mais valor de troca do que o valor de uso, uma aparente satisfação social, mas com prejuízo e destruição do pensamento crítico ao capitalismo.

Quanto ao mundo do trabalho, há recorrente tentativa para desconstrução do primado do trabalho e do emprego na sociedade capitalista contemporânea. O desemprego para o capital é parte da sua estrutura: um exército vivo de trabalhadores no processo de trabalho e um exército de reserva na periferia da fábrica. O capital compra a força de trabalho e um exército vivo de trabalhadores no processo de trabalho num tempo determinado por um contrato, que pode ser a qualquer momento rompido, evidentemente com conseqüências para ambas as partes contratantes: capitalista e trabalhador. O capitalista recorre ao exército de

reserva e se reconstitui enquanto o trabalhador permanece na oscilação entre emprego, subemprego e desemprego estrutural ou conjuntural.

No Brasil, segundo dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD/IBGE, nos dois últimos anos houve um aumento de 58,8% para 59,6% dos 54,3 milhões de trabalhadores empregados com carteira assinada e um aumento de empregos tímidos diante da demanda de jovens que chegam ao mercado de trabalho. Pelos dados apresentados na Tabela 2 para a criação de empregos, nos últimos cinco anos, a taxa de crescimento foi pequena.

Ano (Fev)	Número de empregos criados
2006	177.000
2007	148.000
2008	205.000
2009	209.000

Tabela 2 - Criação de Empregos
Fonte: MTE- 2010

Em conseqüência desta possibilidade unilateral de finalização do contrato de trabalho, pois na sociedade capitalista o trabalhador é livre, cabe ao capitalista manter a continuidade do processo de trabalho. Porém, ele precisa manter um exército vivo de trabalhadores, tanto no interior do processo de trabalho, como de um exército de reserva na vizinhança da fábrica. Deste modo, o dono do capital pode manipular as contratações no setor produtivo. Além disso, nas negociações com os trabalhadores, ele pode romper o contrato trabalhista, ou aumentar as atividades de produção de determinadas funções.

Em tempos neoliberais, neste exército de reserva estão os desempregados, que, sem atividades, vão se afastando das inovações da ciência e da tecnologia, demandando novas qualificações. Os mesmos precisam se manter atualizados ou buscar novas alternativas de profissionalização para serem competitivos e adquirirem uma formação que lhes torne potenciais candidatos a reentrarem no mercado de trabalho.

Assim, o trabalhador no seu vínculo ao capitalista é manipulado seja no primeiro caso por razões macro-econômicas de políticas públicas sistemáticas a favor da acumulação capitalista, seja, no segundo caso, por demandas estruturantes tecnológicas, organizacionais ou mercadológicas. No primeiro caso, aborda-se o “desemprego conjuntural” e no segundo caso, e no segundo caso o “desemprego estrutural”. Ambas as abordagens são destrutivas do emprego com objetivos perversos e concentradores de renda no sistema econômico atual.

Segundo Delgado (2005), a matriz econômica Keynesiana do pleno emprego, no espaço que compreende o fim da 2ª guerra mundial, em 1945, e o início da década de 1970, com a crise do petróleo declarada em 1973, conferiu, aos países industrializados ocidentais, elevado crescimento econômico, generalizada distribuição de serviços públicos e significativa participação da renda-trabalho nas respectivas riquezas nacionais. Isto foi o

período do Estado de Bem-Estar Social. Mas já no final do século XX e início deste, o aumento da inflação provocou a destruição do Estado Nacional com conseqüente diminuição de investimentos públicos em obras de infra-estrutura e aperto ao crédito para o consumo.

Capitalismo - Produção e Distribuição de Riqueza

A produção de riqueza no capitalismo é crescente em qualidade e quantidade. Do artesanato ao toyotismo ou acumulação flexível, da energia a vapor, à eletrônica e microeletrônica, da máquina elétrica ao robô, da automação rígida à automação flexível, o trabalho aumentou sua produtividade. O processo de fabricação ganha com a diminuição do esforço físico, e o produto recebe incrementos de novos designs.

Vários fatores contribuem para esse aumento de riqueza como: (1) aumento de população; (2) criação da cidade; (3) o desenvolvimento técnico-científico; (4) o nível educacional da população.

1 – Densidade populacional de um país

Esse fator ou variável se revela preponderante para a criação de riqueza desde que o processo produtivo precisa, apesar da automação crescente, a presença do homem, como a cabeça pensante a comandar, liderar e criar inovações.

Para o capital é básico a fabricação quanto à comercialização dos produtos. Então, o mercado é condição inerente à forma de produção capitalista. Ora se um país tem extensa população fica garantido um mercado interno pelo qual se escoia a produção. Examinando a relação entre o PIB e a população dos países desenvolvidos e em desenvolvimento é possível verificar tal proposição.

2 – Criação da cidade

A gênese da urbanização coincide com a industrialização, que proporcionou o êxodo do campo, espaço disperso do homem, para um novo ambiente e espaço com estilo de vida urbano concentrado em estreita área geográfica. O morador da cidade inicialmente dedicado à racionalidade é levado para o interior das fábricas, como instituição social de domínio do capital.

A cidade configurada como uma comunidade a procura da coesão social é um lugar complexo, no qual a identidade pessoal se torna suave, fluída, aberta a novos estilos de vida. Assim, as cidades têm uma plasticidade em relação aos povoados (HARVEY, 1994).

Diante da divisão social do trabalho e das tarefas na produção o aglomerado espacial dos trabalhadores traz condições de solidariedade e compartilhamento próximo, como facilitador da produção. Criam-se projetos e aplicação de logística para movimentação do produto em suas fases de fabrico.

Com algumas diferenças examinando-se as Tabelas 3 e 4, tem-se as cidades brasileiras de maior população, com os maiores PIB's. Por exemplo, Fortaleza é a quinta em População (2.447.409) mas a décima sexta em PIB (28.350.622.000), segundo dados do IBGE-2010.

CIDADE	População
São Paulo	11.244.369
Rio de Janeiro	6.323.037
Salvador	2.676.606
Brasília	2.562.963
Fortaleza	2.447.409

Tabela 3 - As Cinco Cidades Brasileiras com Maior População
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE -2010

CIDADE	PIB (Em reais)
São Paulo	367.116.681.000
Rio de Janeiro	154.777.301.000
Brasília	117.571.108.000
Belo Horizonte	43.319.254.000
Curitiba	42.151.108.000

Tabela 4 - As Cinco Cidades Brasileiras com Maior PIB
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE-2010

3 – O desenvolvimento técnico-científico

A técnica configura a vitória do homem sobre a natureza. Inicialmente, parte-se que em essência, o homem é dominado pelas leis da natureza e, acidentalmente, por outro homem (PINTO, 2005).

Entretanto, a estruturação biológica do homem, matéria e pensamento, o distingue das espécies inferiores e o possibilita a transformar o mundo a seu redor à imagem do que pretende quanto à realidade física e social.

A natureza induz o homem a produzir cultura pela historicidade, a qual se revela em relações sociais de domínio, na procura da libertação da natureza, mas também na dependência de outros homens, que denomina-se hoje de relações produtivas capitalistas.

A técnica se apresenta como modo de opção para atender exigências de rendimento e comodidade. Daí sua base cognitiva está assentada na capacidade de pensar, projetar e aplicar.

No início, um dos importantes significados etimológicos de tecnologia vem a ser a teoria, a ciência, o estudo, a discussão da técnica, com desenvolvimento empírico, isto é, do fazer, da experiência em atuar, da competência não formal e assistematizada das atividades em curso.

Mas, a ciência abstrata de conformidade na teoria, não aplicável, como elemento da Filosofia da ideação, da meditação, vem, a partir do século XX, a se incorporar na produção técnica como ensino de produção. Desta forma, a tecnologia passa a ter fundamento e parâmetro científico, e a matematização e a modelagem computacional passam a ter incursão nos processos do trabalho.

O domínio teórico da técnica proporciona uma velocidade de sua concepção e aplicação na inovação industrial. O capital, em sua ânsia do devir, busca submeter tanto a ciência quanto à tecnologia à sua dominação. Desde então, fazer tecnologia depende de recursos e de direção capitalista, pois se há simbiose entre ciência e técnica, se uma não pode se desenvolver sem a outra, cabe ao capital traçar o planejamento para a tecnologia, epistemologicamente, uma ciência (PINTO, 2005).

Nesta perspectiva, a criação de riqueza é potencializada em países com desenvolvimento técnico-científico aguçado, como se pode analisar pelo crescimento e maior integração da ciência com a tecnologia.

4 – Nível educacional da população

Hoje, quanto à evolução econômica, rigidamente se define dois tipos de nações: desenvolvidas e subdesenvolvidas (ou em desenvolvimento). A partir da base educacional e de investimento em pesquisa se conforma uma cultura técnica de produção e expansão científica e tecnológica. Com poucos recursos para educação e formação profissional, se comparados com o volume de investimentos em outros setores da sociedade, os países em desenvolvimento, para queimar etapas do processo de concepção tecnológica, submetem os técnicos nacionais a serem servidores de empresas estrangeiras, a desenvolverem produtos, especificações, projetos e métodos da matriz ou fábrica mãe localizadas nos países desenvolvidos.

Tem-se a hipótese de que as transformações sociais realizadas pelos povos situados na periferia dos centros de ciência e tecnologia acontecerão apenas pelo viés tecnológico para mudar sua história e constituir sua cultura na atual sociedade capitalista. Ora, partindo da tecnologia de fundamento teórico-científico, só serão detentores tecnológicos aqueles povos que tiverem programas avançados de educação geral e científica para o exercício da profissão e trabalho, não mais processado apenas empiricamente. Desta forma, a geração de riqueza está relacionada intimamente aos povos cujo nível educacional é crescente e abrangente a toda população.

Impossibilidade do Capitalismo para Distribuição de Riquezas

A teoria macroeconômica de Keynes, que idealiza um processo de busca do equilíbrio entre emprego, estado e capital, em espaço curto de tempo de existência, criou modelos para atingir o pleno emprego e segurança do trabalho com a participação de capitais do estado. As ações foram transformando a realidade histórica e metamorfoses aconteceram na dinâmica do capitalismo. Em muitos países foram marcantes as radicais reorganizações e reestruturações nas forças produtivas e nas relações sociais. Os economistas procuram estudar a lógica de convivência, no sistema capitalista, de trabalho, capital e estado, sobretudo com a falência do socialismo e a globalização da produção.

Entretanto, reconhecendo a lógica do capitalismo como sistema estabelecido de geração e acumulação de riqueza, torna-se difícil a contrapartida de distribuir os benefícios da produção, isto é, a riqueza acumulada. Esta assertiva pode ser feita pela ontologia do capital, pelas características essenciais do modo de produção capitalista, que impedem de distribuir e socializar os lucros do empreendimento e do trabalho.

Segundo Harvey (1994), o capitalismo é orientado para o crescimento, garantindo lucro e acumulação. Seu crescimento se apóia na exploração e não na socialização e solidariedade do trabalho vivo da produção e do mercado. Ele usa os recursos tecnológicos para se organizar e manter-se dinâmico: “Marx foi capaz de mostrar que essas três condições necessárias do modo capitalista de produção eram inconsistentes e contraditórias e, por isso, a dinâmica do capitalismo era necessariamente propensa a crises” (HARVEY, 1994, p.169). Assim, “o argumento marxista é que a tendência de super-acumulação nunca pode ser eliminada no capitalismo” (HARVEY, 1994, p.170).

Outro aspecto estrutural do capitalismo, quanto ao método de produção capitalista, é a exploração crescente e diversificada da mais-valia, seja ela absoluta ou relativa como compensação do capital investido, em crescimento que expropria o trabalhador e o empobrece. É da propriedade do capitalista: os meios de produção, o processo/técnica produtiva, a matéria prima, o produto; daí a produção de valor acontecer para o valor de troca, e os resultados não são socializados, mas levados ao mercado sendo o capitalista proprietário exclusivo.

Finalmente, a dinâmica em transformação do capital, de agrário para industrial, e depois em financeiro especulativo, numa constante busca de mais-valia extra, e concorrência intercapitalista formam um mercado de cunho exclusivo financeiro, cuja moeda não é mais a terra, nem a indústria, mas o “dinheiro”, as “ações” e os “títulos públicos”. Vale ressaltar que há valores que são retirados do mercado, e volumes consideráveis de recursos financeiros circulam em jogos especulativos, em cirandas financeiras favorecendo a acumulação do capital.

Considerações Finais

O capital, em contínuas metamorfoses, orientado para o crescimento da produção e da produtividade, busca acumulação da riqueza tendo como finalidade o mercado, no qual se objetiva.

Assim, o capitalismo, em perene crise como sistema dominante hoje, tende a ser universal, mas sem perspectiva de diminuir a pobreza, levando Meszaros (2008), a proclamar “Século XXI: Socialismo ou barbárie”, pois, segundo o mesmo autor, há um impulso irresistível do capital para integração monopolista global a qualquer custo, mesmo colocando em risco a sobrevivência da humanidade.

Ainda, segundo o mesmo autor, o capitalismo tem como promessa, pela via econômica, a solução dos problemas sociais, mas é incapaz de resolver suas contradições explosivas, levando a sociedade à submissão a seus ditames de crescimento a todo custo, destruindo a natureza e as

relações sociais entre os homens, sem perspectivas da igualdade substantiva, como princípio estruturador e regulador.

Não há assim predisposição do sistema capitalista para o resgate de decisão política do indivíduo, e nem espaço para a reunião de produtores associados autônomos.

Concluindo, a articulação defensiva e a centralização setorial de movimentos trabalhistas no século XXI precisam enfrentar gigantes, pois a globalização fortaleceu monopólios e distanciou os trabalhadores de seus patrões, com quem podiam negociar. O desafio histórico da Humanidade é reverter a concentração de renda e a acumulação de capital, que aumentam o estado de miséria e fome em grandes continentes.

Referências

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro. Editora Guanabara. Koogan. S.A. 1987.

DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, Trabalho e emprego. Entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução**. São Paulo: LTr. 2005.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAUDARES, João Bosco. **A requalificação do engenheiro do setor metal-mecânico: uma necessidade dos novos processos de trabalho**. Tese de Doutorado. PUC. SP. 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola. 1994.

MARX, Karl. **O capital (Volume I)**. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

MÉSZAROS, István. **Século XXI: Socialismo ou barbárie**. São Paulo. Boitempo. 2008.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de Tecnologia**. (volume I). Rio de Janeiro: Contra Ponto. 2005.